Título: Reforma tributária é oportunidade para simplificar regras e estimular a recuperação econômica
Veículo: Folha de S. Paulo
Página: 2 e 3
Colunista: Da Redação

Tiragem: 307.608
Data: 07/08/2020

SESI SENAI
PELO FUTURO DO TRABALHO
APRESENTAM

Fotos Divulgação CNI

Affonso Celso Pastore, José Ricardo Roriz Coelho (ambos no telão), Aguinaldo Ribeiro, Rodrigo Maia, Robson Braga de Andrade e o mediador. Leandro Colon, no auditório da CNI em Brasília

Reforma tributária é oportunidade para simplificar regras e estimular a **recuperação econômica**

Em seminário promovido pela Folha e pela CNI, presidente da Câmara, deputado, representantes da indústria e economista defendem unificação de tributos para garantir a transparência e ampliar a competitividade

Os desafios da recuperação econômica no pós-pandemia abrem uma oportunidade para o país reorganizar o sistema tributário com o objetivo de viabilizar investimentos e criar empregos, além de ampliar sua competitividade e inserção no comércio internacional.

A conclusão, unânime entre os participantes do seminário Indústria em Debate – Custo Brasil e Reforma Tributária, promovido pela **Folha** em parceria com a CNI (Confederação Nacional da Indústria) na semana passada, reforça a ideia de aglutinar a primeira fase do projeto de reforma tributária encaminhada pelo governo federal com as duas propostas de emenda constitucional (PEC) em tramitação no Congresso –PECs 45, da Câmara, e 110, do Senado– para criar um IVA (Imposto sobre Valor Adicionado ou Agregado, como definem alguns especialistas) federal que substitua todos os tributos incidentes sobre o consumo.

Patrocinado pelo Sesi e pelo Senai, o debate teve a participação do economista Affonso Celso Pastore, presidente do Centro de Debates de Políticas Públicas e ex-presidente do Banco Central, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), do relator da reforma tributária, Aguinaldo Ribeiro (PP-PE), além do presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, e do vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), José Ricardo Roriz Coelho.

"O projeto do governo vai na mesma linha da PEC 45, é a mesma estrutura, apenas foca nos impostos federais, já que o ministro Paulo Guedes (Economia) entende que não deve entrar na questão da Federação, que é um problema que o Congresso deveria tratar. Então, nós vamos tratar", afirmou Maia. "A PEC vai ser uma revolução na economia brasileira", completou.

Na visão do presidente da Câmara, a pandemia de Covid-19 gerou uma pressão para discutir como o Estado brasileiro arrecada e emprega seus recursos, além da qualidade dos serviços prestados. "É muito importante que a gente possa fazer a introdução do debate da reforma tributária de bens e serviços para que a gente não erre. Tem que desonerar a folha? Qual o formato? Vamos desonerar a folha, mas vamos criar um imposto novo? Lembro que já desoneramos a folha no governo Dilma e que isso não gerou um único emprego no Brasil", disse Maia.

O presidente da Câmara também refutou a criação de um imposto incidente sobre as movimentações financeiras, como a antiga CPMF. Para ele, essa não é uma solução, já que a cobrança é cumulativa, faz a economia parar de crescer e pesa sobre os mais pobres. "Daqui a pouco vão inventar um nome em inglês para ficar mais bonito, para que a sociedade aceite. A sociedade não quer mais impostos. Na minha opinião, não passa. Voto contra."

Para o presidente da CNI, um dos maiores entraves para a expansão da economia é a alta carga tributária. Ele defendeu uma reforma tributária em benefício do país, despida de interesses setoriais. "Se avançarmos na questão da carga e na burocracia tributária, vamos dar um salto muito grande para que o Brasil possa enfrentar esse futuro pós-pandemia", disse Andrade.

Estados e municípios que temem perder receita com a reforma tributária, argumentou Andrade, deveriam pensar que a arrecadação aumentará com o crescimento da economia resultante da reforma.

> Vamos aumentar a participação do cidadão na carga tributária para resolver o problema? Temos que cuidar da modernização do Estado brasileiro, melhorar a eficiência e a produtividade do setor público. Só assim a economia brasileira vai melhorar"
>
> **Rodrigo Maia (DEM-RJ),** presidente da Câmara dos Deputados

> Se depender de mim, abrirei o relatório colocando no primeiro capítulo que não haverá aumento de carga tributária. Esse é um ponto de que tenho muita convicção num país em que você precisa corrigir distorções"
>
> **Aguinaldo Ribeiro (PP-PE),** relator da comissão mista da reforma tributária

> Só o crescimento vai fazer com que nós tenhamos recursos para que estados e municípios tenham condições de investir, de se desenvolver e de ter melhor educação"
>
> **Robson Braga de Andrade,** presidente da CNI

IVA 5.0

O relator da comissão mista da reforma tributária, deputado Aguinaldo Ribeiro, lembrou que o Congresso trabalha há 32 anos para fazer uma reforma que corrija distorções, traga segurança jurídica e promova o que chama de "justiça tributária".

Para que isso finalmente ocorra, defendeu a instituição de um IVA nacional, que unifique cinco impostos existentes hoje sobre o consumo: PIS, Cofins, IPI, ICMS e IOF. "Estou chamando de IVA 5.0, entrando na comparação com o 5G. Um IVA que tenha modernidade e transparência", disse.

O IVA vai incidir de forma transparente sobre bens e serviços e será tributado no local em que o produto é consumido ou o serviço utilizado –diferentemente do ICMS, que é tributado "por dentro" (incide sobre ele mesmo) e no estado de origem, estimulando a chamada guerra fiscal e levando a uma série de créditos tributários de difícil compensação. "Nosso regime é um regime de exceções e não de regras", disse o relator da reforma.

"O imposto é cobrado por dentro, portanto é cumulativo e obscuro. Você não sabe quanto está pagando. Nós vamos, nessa reforma tributária, trazer o que é oculto para a forma aparente, para que as pessoas, de forma transparente, possam saber de fato o quanto pagam", afirmou Ribeiro.

O presidente da Câmara admitiu que a alíquota do novo imposto unificado poderá ser considerada elevada. "A alíquota é alta porque o Estado custa muito no Brasil. Pela primeira vez o cidadão vai ter uma noção de quanto ele, de fato, paga de imposto sobre o consumo no Brasil, de forma clara", disse.

TRAMITAÇÃO

Maia afirma estar otimista com o avanço da reforma tributária no Congresso, que vem amadurecendo o debate em torno das reformas econômicas pelo menos desde o governo Michel Temer.

Ele acredita que deputados e senadores tenham fôlego para aprovar temas estruturantes, como a reforma tributária, até meados de 2021, quando começa a disputa pela sucessão do governo.

Para ele, é fundamental a construção de um consenso cada vez maior sobre a necessidade de revisão da estrutura tributária, com, inclusive, o apoio dos partidos de esquerda. "A maioria dos governadores entendeu que só teve a perder com a guerra fiscal. Falta fechar com os prefeitos das capitais. São eles que ainda não estão convencidos da importância de um IVA nacional", disse.

O presidente da Câmara acredita que talvez não seja preciso fatiar a reforma em diferentes fases para facilitar a aprovação. "Se nós tivermos votos, apoio e convergência dos prefeitos e governadores para já incluí-los na primeira votação, por que fazer duas?", disse.

Para diminuir eventuais resistências, o relator da reforma afirmou que pretende tornar explícito que a mudança não elevará o nível de impostos. "Se depender de mim, abrirei o relatório colocando no primeiro capítulo que não haverá aumento de carga tributária. Esse é um ponto de que tenho convicção num país em que você precisa corrigir distorções", afirmou.

"Só o crescimento vai fazer com que nós tenhamos recursos para que estados e municípios tenham condições de investir, de se desenvolver e de ter melhor educação", afirmou Robson Braga de Andrade, da CNI.

EstúdioFOLHA projetos patrocinados
Ateliê de produção de conteúdo para estratégia de marcas e mercado publicitário em todas as plataformas |

O QUE ESTÁ NA MESA

Compare cada uma das propostas em discussão no Congresso

GOVERNO
Projeto de Lei enviado ao Congresso em 21 de julho pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, unifica dois tributos federais: PIS e Cofins
Nome: CBS (Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços
Alíquota: 12%
Período de transição: Validade imediata seis meses após publicação da lei

CÂMARA
PEC 45/2019 apresentada em abril de 2019 unifica cinco tributos: IOF, PIS, Cofins (União), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Também haveria um imposto seletivo sobre itens como cigarro
Nome: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)
Alíquota: Poderá variar de acordo com estados e municípios
Período de transição: Dez anos

SENADO
PEC 110/2019 apresentada em julho de 2019 unifica nove tributos: IPI, IOF, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide-Combustíveis (União), ICMS (estadual) e ISS (municipal). Também cria um imposto seletivo sobre itens como petróleo, combustíveis e cigarros
Nome: IBS (Imposto sobre Bens e Serviços)
Alíquota: Múltipla, podendo variar de acordo com o bem e o serviço
Período de transição: Dez anos

REFORMA DO GOVERNO TERÁ QUATRO ETAPAS

Governo afirma que a carga tributária ficará estável

1. Unifica dois tributos federais: PIS e Cofins
2. Transforma o IPI em um imposto seletivo, cobrado especialmente sobre cigarros e bebidas alcoólicas
3. Reforma o Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas. Tributação sobre dividendos. Revisa as deduções do IR
4. Proposta de desoneração da folha de pagamentos. Governo estuda um tributo sobre transações financeiras para compensar a desoneração

‘É preciso investir para retomar o crescimento do país’

O vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico), José Ricardo Roriz Coelho, afirmou que é preciso resolver com urgência a questão do Custo Brasil para melhorar as condições de competitividade das empresas nacionais no mercado global. “Se não atacarmos o Custo Brasil de maneira consistente e rápida, os investimentos não virão”, afirmou, durante o seminário Indústria em Debate – Custo Brasil e Reforma Tributária, promovido pela **Folha** em parceria com a CNI. “A reforma tributária é necessária para o Brasil atrair investimentos e voltar a crescer”, disse.

“Nossa prioridade deve ser resolver a questão do Custo Brasil, que afugenta os investimentos que precisam vir para modernizar e incorporar novas tecnologias que formam a chamada indústria 4.0. Vários países passaram muito à nossa frente na adoção dessas tecnologias, que entram com uma velocidade muito grande, enquanto ficamos um bom tempo sem crescer e investir”, afirmou.

De acordo com Roriz Coelho, é necessário ainda apostar em inovação e em tecnologia para contornar as desvantagens estruturais do país. “Os custos elevados, a baixa qualidade logística, a infraestrutura deficiente de telecomunicações, de energia e de saneamento, entre outros, resultam em um custo anual entre R$ 190 bilhões e R$ 230 bilhões”, disse.

Segundo Coelho, os problemas não são novos, e o Brasil já vinha em desvantagem no mercado internacional muito antes da pandemia de Covid-19. “Desde 2014, operamos com taxas de crescimento negativas. Nosso nível de renda voltou ao de 15 anos atrás. Quando olhamos para alguns países que há muito tempo tinham renda igual à do Brasil e que conseguiram dobrar a renda per capita e, finalmente, entrar no grupo dos países em desenvolvimento, vemos que eles têm duas grandes coincidências: o investimento acima de 20% do PIB –com alguns países próximos a 30%. A outra é a participação da indústria no PIB –de cerca de 20% a 25%, alguns até mais.”

O acesso ao crédito é outro ponto levantado pelo empresário e que também consta de estudos recentes de competitividade e Custo Brasil. “Sabemos que, no Brasil, cinco bancos concentram 82% de todo o crédito concedido. Desse total, 64% vão para o governo. Só 36% estão disponíveis para o setor privado, e em condições de spread bancário muito maior do que as empresas têm lá fora”, completou.

Para atrair investimentos que impulsionem a retomada do crescimento, é preciso eliminar os principais entraves que afastam o capital. “Muitos deles precisam de reformas estruturantes na administração do país. A criação e geração de empregos passa pela agilidade das reformas”, afirmou Roriz.

O empresário alertou para outra questão que dificulta bastante a atração do investidor estrangeiro. “Quem vem de fora leva mais de 10 anos para conhecer o sistema tributário. Nem os brasileiros conhecem. E esse é mais um impedimento para atrair o capital estrangeiro. A maioria dos países conhece o IVA (Imposto de Valor Agregado). Se caminharmos na direção da aprovação da PEC-45, estaremos na direção do que todos lá fora conhecem”, concluiu.

“Precisamos de uma reforma tributária urgente, que não é uma reforma do governo, da Câmara, do Senado ou de qualquer outro setor específico. É preciso uma reforma do Brasil”

José Ricardo Roriz Coelho, vice-presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e presidente da Abiplast (Associação Brasileira da Indústria do Plástico)

IMPORTÂNCIA DA INDÚSTRIA PARA A ECONOMIA

11%
é a participação da indústria de transformação no PIB do país, segundo dados de 2019

14,6%
é a participação do segmento no total de empregos formais do país – ou 6,7 milhões de trabalhadores com carteira assinada

25%
é a participação da indústria de transformação na arrecadação total de tributos federais, o que correspondeu a R$ 265,1 bilhões em 2019

50,6%
é a sua participação sobre o total exportado, ou US$ 131,3 bilhões

O EMARANHADO DE REGRAS TRIBUTÁRIAS

IPI

617 artigos
constam no decreto nº 7.212, que regulamenta a cobrança do imposto

442 páginas
tem somente a tabela de incidência do IPI; alteradas por 7 decretos entre 2016 e 2020, e 8 atos declaratórios

91 regras
e atos foram editados somente neste ano, segundo o sistema de normas da Receita Federal

3.090 pareceres,
normas, atos, instruções normativas e portarias referentes ao imposto foram publicadas nos últimos 20 anos

ICMS

170 mil palavras
constam no regulamento do ICMS do Estado de São Paulo

27 regulamentos
tem o país para regular o imposto, um por Unidade da Federação, cada qual com suas especificidades

47 convênios
de ICMS no país foram firmados somente no período de 1º de fevereiro a 3 de junho deste ano

PIS E COFINS

75 leis
existiam até 2012, criadas para regular o imposto. 73 dessas leis ocupavam uma coletânea de três volumes, com 1.246 páginas

Mais de 2.000 páginas
compõem a legislação, com 5 tipos de contribuições relacionadas ao PIS e a Cofins, segundo a Receita Federal

O PESO NO DIA A DIA DAS EMPRESAS

São 403.322 normas
tributárias editadas desde a Constituição Federal de 1988 até 2019

30 novas
regras ou atualizações tributárias, em média, são editadas por dia, o que corresponde a 2,17 normas tributárias por hora (considerando dias úteis)

63 tributos
e 97 obrigações acessórias (conjunto de documentos, registros e declarações usados para o cálculo de tributos e que precisam ser enviados à Receita Federal dentro de prazo preestabelecido, sob pena de multa) estão em vigor

Mais de 3.790 normas,
em média, têm de ser seguidas pelas empresas

‘Assistimos a um processo precoce de desindustrialização’

O economista e ex-presidente do Banco Central Affonso Celso Pastore defendeu durante o seminário Indústria em Debate – Custo Brasil e Reforma Tributária a urgente necessidade de uma reforma tributária para frear o processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil.

“A indústria brasileira, que até 2006 vinha acompanhando o mesmo ritmo de crescimento do PIB (soma das riquezas produzidas no país), está perdendo importância na economia do país. Enquanto isso, no mundo inteiro, a produção industrial não parou de subir. Ela estagnou no Brasil e na América Latina, pois o país tem um peso grande na economia latino-americana”, afirmou.

Segundo Pastore, a desaceleração do crescimento chinês e a desvalorização do real desenharam um quadro de recessão agravado pelo Custo Brasil. “A crise de 2008 e a recessão de 2014 afetaram significativamente o setor industrial. Estamos assistindo a um processo precoce de desindustrialização no país. O setor não tem conseguido se recuperar, por isso é urgente a adoção de medidas para solucionar esse problema.”

Questões relativas à elevada taxa de juros e ao câmbio desfavorável, que antes atrapalhavam a indústria, estão equacionadas, mas, de acordo com o economista, o problema do setor está longe de ter sido resolvido. “O Custo Brasil e, principalmente, a questão tributária, continuam dificultando as exportações. Isso é ruim para o país, pois as indústrias que exportam costumam ser muito mais eficientes e competitivas”, disse Pastore.

Para o economista, a reforma tributária deverá corrigir as distorções que foram acumuladas ao longo de décadas. “Unir tributos como IPI, ICMS, PIS, Cofins e ISS em uma única alíquota federal por meio de um Imposto sobre Valor Agregado, cobrado no ponto de destino do produto, é uma boa solução. Temos uma oportunidade de fazer uma reforma tributária revolucionária para a indústria e para o crescimento econômico”, disse.

O ex-presidente do BC afirmou que uma das maiores distorções que afetam a competitividade da indústria é o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). “A ideia original era boa. Quando foi criado, em 1966, tinha a função de ser um imposto sobre valor adicionado, mas se descaracterizou.”

Hoje, o ICMS induz a vários erros, sendo o principal, disse Pastore, o fato de ser coletado na origem, onde o bem é produzido. Isso causa cobrança em cascata, guerra fiscal entre estados e inviabiliza a recuperação de créditos. Além disso, muitas dessas empresas passam a produzir distante de portos, dos centros consumidores, aumentando custos como, por exemplo, de logística, prejudicando ainda mais a competitividade.

Segundo Pastore, a reforma tributária deve ainda permitir que as empresas recuperem todos os créditos que incidiram nas fases de processamento do produto. Também é importante isentar o produto exportado do imposto sobre bens e serviços. “O que o país precisa é de uma reforma tributária corajosa sobre bens e serviços que introduza um IVA verdadeiro, com alíquota única, que seja cobrado no destino do bem e não na sua origem. Isso colocaria um ponto final no estímulo à guerra tributária e fiscal entre os estados”, afirmou Pastore.

“No mundo inteiro, a produção industrial não parou de subir. Ela estagnou no Brasil, e isso não é uma coisa que deriva da incapacidade dos empresários. O que está errado é a política econômica”

Affonso Celso Pastore, economista e ex-presidente do Banco Central